



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1860689 - PR (2020/0027176-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : PAULO DA SILVEIRA DIAS JUNIOR
ADVOGADOS : ANTONIO AUGUSTO GRELLERT - PR038282
EMERSON CORAZZA DA CRUZ - PR041655
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **PAULO DA SILVEIRA DIAS JUNIOR**, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do TRF da 4ª Região, assim ementado (e-STJ, fl. 658):

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. OPERAÇÃO SINAPSE. ARRESTO. CABIMENTO DA MEDIDA.

1. As medidas assecuratórias, no presente caso, têm por objetivo garantir a reparação dos danos causados aos cofres públicos, bem como ao pagamento das custas processuais e penas de multa eventualmente fixadas.
2. Requisitos para o deferimento da medida assecuratória que restaram preenchidos. Comprovação da materialidade e indícios suficientes de autoria. *Periculum in mora*.
3. Improvimento da apelação."

Nas razões do especial, aponta o recorrente violação aos arts. 125, 126 e 132 do CPP, argumentando, em suma, ser necessária a comprovação da origem ilícita de imóvel, objeto de hipoteca legal.

Sustenta, ainda, em tese mais abrangente, que a comprovação da origem ilícita dos bens, por meio do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, seria imprescindível para a imposição das medidas assecuratórias de arresto e sequestro.

Assevera que a imposição dessas medidas antes do trânsito em julgado violaria o princípio da presunção de inocência, inserto no art. 5º, LVII, da CF.

Contrarrazões às fls. 684-695 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento e, no mérito, pelo desprovimento (e-STJ, fls. 714-716).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, verifica-se que a única medida assecuratória imposta ao recorrente foi o arresto. A propósito, extrai-se a seguinte passagem do acórdão recorrido (e-STJ, fl. 655):

"Os requisitos acima elencados, por conseguinte, considerando a existência de sentença penal condenatória na ação penal principal, restaram devidamente demonstrados a fim de subsidiar as constringências impostas. Dessa forma, não há como prevalecer os argumentos da defesa de que inexistem elementos concretos aptos a demonstrar a necessidade das medidas impostas. Ademais, a discussão pretendida no presente recurso acerca da origem lícita dos bens e valores é irrelevante. Isso porque as medidas constritivas se dirigem aos bens do recorrente, independentemente de sua eventual origem lícita, tendo em vista que têm por objetivo assegurar, após o trânsito em julgado, o ressarcimento dos danos causados em decorrência da conduta, o adimplemento da pena de multa, bem como a condenação em custas processuais fixados na sentença.

Nesse contexto, a questão acerca da proveniência lícita, ou não, dos bens e ativos pouco importa neste momento, considerando, como já afirmado, que a medida de arresto independe do atendimento do requisito previsto 125 do CPP (indícios veementes da proveniência ilícita dos bens), podendo recair sobre qualquer bem do investigado/acusado, inclusive o “bem de família”, por expressa disposição da Lei nº 8.009/90, art. 3º, inciso VI.”

O juízo sentenciante também especificou ser o arresto a única medida assecuratória imposta ao recorrente:

"1.046. Conforme consignado na decisão inaugural dos autos 5037585-47.2013.404-7000, é necessário reconhecer que o arresto objetivou assegurar, além da reparação de danos provenientes do esquema criminoso crime, também a futura execução das despesas processuais e penas pecuniárias." (e-STJ, fl. 551)

Consideradas essas premissas, não há como acolher a objeção de que a medida teria sido imposto sem a prova cabal da origem ilícita dos bens apreendidos.

Com efeito, o arresto pode recair sobre qualquer bem do devedor, lícito ou ilícito, uma vez que visa assegurar o pagamento pelo prejuízo causado; e não a pena de perdimento - esta última, salvaguardada pelo sequestro.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL. MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO E DE BLOQUEIO DE BENS. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INOVAÇÃO RECURSAL. MEDIDA POSTULADA PARA FINS DE GARANTIR A REPARAÇÃO DO DANO. DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA.

1. A causa de pedir relativa à necessidade de manifestação de interesse da Fazenda Pública para legitimar o Ministério Público à postulação da medida de arresto e de bloqueio de bens não foi oportunamente suscitada na petição inicial do mandado de segurança, mas apenas na petição de interposição do recurso ordinário, configurando, assim, inovação recursal, insuscetível de conhecimento, sob pena de indevida supressão de instância.

2. A medida de arresto tem por escopo assegurar o ressarcimento pelo dano patrimonial causado e, por isso, o seu deferimento dispensa a demonstração acerca da origem, lícita ou ilícita, dos bens objeto da garantia. Precedentes.

3. Hipótese em que a medida de arresto foi suficientemente fundamentada, porquanto motivada pela presença dos indícios relativos à autoria de crimes de formação de quadrilha e de peculato, bem como pela finalidade de garantir a recomposição do prejuízo experimentado pelo Estado.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no RMS 30.265/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 30/06/2015, DJe 05/08/2015)

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SEQUESTRO. NATUREZA E EFEITOS. SUBSTITUIÇÃO DO BEM. IMPOSSIBILIDADE. CONTAMINAÇÃO DA PROPRIEDADE ADQUIRIDA COM PROVENTOS DA INFRAÇÃO. VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA. SUBSTITUIÇÃO POR VALORES MENORES DA ÉPOCA. NÃO ADMISSÃO. RECURSO DENEGADO.

1. Enquanto no sequestro são atingidos bens quaisquer adquiridos com proventos do crime, assim de origem ilícita e final perdimento, a hipoteca legal e o arresto afetam bens lícitos do réu - servindo como mera garantia patrimonial para ressarcimento pelo crime.

[...]"

(RMS 41.540/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/06/2014, DJe 27/06/2014)

De todo modo, a análise sobre o cabimento da hipoteca legal envolvendo imóvel específico não foi abordada pelo acórdão recorrido, tampouco foram opostos aclaratórios sobre o

ponto. Tal o quadro inviabiliza a análise do tema de forma originária por esta Corte, ante a ausência de prequestionamento; atraindo, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

Por fim, a análise sobre a pertinência de imposição da medida assecuratória antes do trânsito em julgado, com enfoque no princípio da presunção de inocência, é vedado na via do especial, por demandar o exame sobre o alcance de norma constitucional.

No ponto:

"[...]

4. Não compete ao Superior Tribunal de Justiça o enfrentamento de suposta ofensa a dispositivos ou princípios constitucionais, ainda que para efeito de prequestionamento da matéria, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 1.467.459/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 02/03/2020)

"[...]

3. Não cabe a esta Corte Superior manifestar-se, ainda que para fins de prequestionamento, sobre suposta afronta a dispositivos da Constituição Federal, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.

4. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl no AgRg nos EDcl nos EDv nos EREsp 1.746.600/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/02/2020, DJe 21/02/2020)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4, I e II, do RISTJ, **conheço em parte** do recurso e, nessa extensão, **nego-lhe provimento**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator